

Acórdão nº 9.170/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 13.983.2010-01-TCE (C/ 03 Volumes e 04 Anexos)

ASSUNTO: Prestação de Contas da Fundação Hospital Estadual do Acre – FUNDHACRE, exercício de 2009.

RESPONSÁVEIS: Senhoras **Lúcia de Fátima Carlos Paiva Luna** e **Lucimara Francisco Garcia Bardin**

RELATOR: Conselheiro **Antônio Jorge Malheiro**

Prestação de Contas. Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE. Ausência do Parecer sobre as contas da entidade. Ausência dos demonstrativos das Licitações realizadas e dos contratos celebrados no exercício. Resultado deficitário apresentado no Balanço Orçamentário. Apresentação incompleta da atualização do inventário analítico dos bens Móveis e Imóveis. Inconsistência no Balanço Financeiro. Inconsistência do Balanço Patrimonial. Ausência de Prestação de Contas do repasse realizado ao Conselho Gestor pela FUNDHACRE. Irregularidade. Condenação solidária. Devolução. Aplicação de multas. Encaminhamento à Assembleia Legislativa e ao Ministério Público Estadual para conhecimento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE exercício orçamentário e financeiro de 2009, de responsabilidade das Senhoras **Lúcia de Fátima Carlos Paiva Luna** – Superintendente e **Lucimara Francisco Garcia Bardin** – Gerente de Finanças e de Patrimônio, em face das seguintes irregularidades apontadas na instrução: **a)** ausência do Parecer sobre as contas da entidade, emitido pelo órgão competente, criado por lei ou estatuto, descumprindo a determinação contida no inciso VI, da Resolução TCE/AC nº 62/2008; **b)** ausência dos demonstrativos das Licitações realizadas e dos contratos celebrados no exercício, descumprindo as determinações contidas nos incisos XII e XIII, do Anexo VI da Resolução TCE/AC nº 62/2008; **c)** resultado deficitário apresentado no Balanço Orçamentário; **d)** apresentação incompleta da atualização do inventário analítico dos bens Móveis e Imóveis, ausência da comprovação de R\$ 265.950,00 (duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e cinquenta reais) na conta aquisição de bens móveis, descumprindo arts. 94 e 96 da Lei 4.320/64 e inciso XI, Anexo VI da Resolução TCE/AC nº 62/2008; **e)** inconsistência no Balanço Financeiro, em face da divergência entre o valor informado e o saldo transferido para o exercício seguinte e o apurado pela inspetoria na documentação apresentada, restando a comprovar o valor de R\$ 7.306,08 (sete mil, trezentos e seis reais e oito centavos); **f)** inconsistência do Balanço Patrimonial, em face das irregularidades apontadas nos dois itens anteriores; e **g)** ausência de Prestação de Contas do repasse realizado ao Conselho Gestor pela FUNDHACRE no valor de R\$ 756.079,87 (setecentos e cinquenta e seis mil, setenta e nove reais e oitenta e sete centavos); **2)** **condenar** solidariamente

(Acórdão nº 9.170/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

à devolução do valor não comprovado no saldo financeiro, a ser transferido para o exercício seguinte, de **R\$ 7.306,08** (sete mil, trezentos e seis reais e oito centavos), que deve ser devidamente atualizado; **3) condenar** solidariamente à devolução dos valores repassados ao Conselho Gestor da FUNDHACRE, sem qualquer prestação de contas, no valor de **R\$ 756.079,87** (setecentos e cinquenta e seis mil, setenta e nove reais e oitenta e sete centavos), que deve ser devidamente atualizado; **4) aplicar multa**, individualmente aplicada, no valor de 10% do valor do débito, com base no art. 88, da Lei Complementar Estadual nº 38/93; **5) aplicar multa**, individualmente aplicada, no valor de **R\$ 7.500,00** (sete mil e quinhentos reais), em virtude da realização de despesa sem licitação, repasse de recurso público sem fundamentação legal, ausência de fiscalização e de prestação de contas do repasse realizado pelo Conselho Gestor, com fundamento legal no art. 89, inciso II, da Lei Complementar nº 38/93; e **6) encaminhar** à Assembleia Legislativa e ao Ministério Público para conhecimento. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 30 de abril de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC